

Ataques de gênero à jornalistas: Como a repercussão do caso Vera Magalhães na Folha de São Paulo e no UOL impacta na sociedade brasileira ¹

Izabelle BRAGA²

Maria Gabrielle ARRUDA³

Renata SOARES⁴

Glória RABAY⁵

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

O artigo aborda a violência de gênero contra jornalistas mulheres no Brasil entre 2019 e 2022, com destaque para o caso da jornalista Vera Magalhães. A análise é baseada em publicações dos veículos de mídia Folha de São Paulo e UOL, a partir de observações e pesquisas factuais sobre a incidência desses ataques, usando palavras-chave nos dois veículos. Apontando para a conivência da mídia na reiteração da violência de gênero, incluindo a descredibilização das vítimas e a disseminação de notícias falsas por parte dos agressores e seus apoiadores, o que reforça a ideologia patriarcal. Enfatizando que essa violência não é exclusiva da mídia, e sim um problema generalizado na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Violência de gênero; Cobertura jornalística; Mídia brasileira; Fake news.

INTRODUÇÃO

O artigo analisa a cobertura jornalística da violência contra jornalistas no Brasil, em particular as agressões verbais sofridas pela jornalista Vera Magalhães durante as eleições presidenciais de 2018 e 2022. O objetivo é entender o vínculo entre a violência de gênero na comunicação, a política e a imprensa brasileira, bem como a influência do movimento direitista no país. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) acompanha os ataques a profissionais de comunicação e fiscaliza as respostas do governo brasileiro às metas da Agenda 2030 da ONU. O artigo utiliza matérias, relatórios e dados da Abraji e Unesco para promover reflexão sobre a violação da liberdade de imprensa e o direito democrático à livre expressão.

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 20 a 22 de junho de 2023.

² Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, email: izabelle.almeida@academico.ufpb.br

³ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, email: maria.gabrielle@academico.ufpb.br

⁴ Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, email: renata.soares@academico.ufpb.br

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFPB, email: gloria.rabay@academico.ufpb.br

METODOLOGIA

Para a metodologia, utilizamos a técnica da netnografia para analisar de forma quantitativa as matérias compostas na Folha de São Paulo e na UOL. Dividimos em três blocos, de acordo com os três meses de recorte em 2018, e também os três meses de recorte de 2022. Dessa forma, captamos matérias dos meses de agosto, setembro e outubro, respectivamente, em que registraram o aumento das ocorrências de agressões, tanto físicas quanto verbais, em contexto político partidário e eleitoral à jornalista Vera Magalhães.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o propósito de obter um panorama comparativo, foram selecionados três meses diferentes com aumento de casos de violência contra jornalistas para questionar se os ataques foram noticiados com compromisso com a verdade, credibilidade da imprensa, neutralidade, objetividade e outras dinâmicas que caracterizam o jornalismo.

Durante a campanha eleitoral de 2018, o presidente Jair Bolsonaro alimentou a desconfiança do jornalismo ao decidir usar as redes sociais para produzir e disseminar informações, o que foi visto por algumas pessoas como uma forma eficiente de aumentar o contato direto com o eleitor sem passar pelo crivo da grande mídia. Esse comportamento é utilizado pela "direita neoconservadora", que vê o processo de internacionalização como uma ameaça e acrescenta uma atitude moralizadora e uma justificativa desajeitada dos valores familiares e da religião. A principal característica da função jornalística é informar, e é uma atividade diretamente atrelada à responsabilidade social, objetividade e imparcialidade.

Entretanto, a violência, em todas as formas, é parte integrante do funcionamento cotidiano da sociedade capitalista – pois é apenas por meio de uma mistura de coerção brutal e consentimento construído que o sistema consegue se sustentar com perfeição. (FRASER et al, 2019, p. 65). Em uma era em que o conteúdo pode ser consumido na palma da mão e a forma de transmissão da informação mudou, as ações promovidas pela “nova direita” exacerbam claramente as tensões entre o Estado e os meios de comunicação.

Esse cenário delineia um novo contexto em que a hegemonia da imprensa foi desafiada pela proliferação de informações não jornalísticas, incluindo a falsificação de dados e a disseminação de mentiras. E a utilização desse material, preocupa políticos e chefes de Estado, que se empoderaram tanto para disseminar informações falsas quanto para levantar suspeitas sobre a credibilidade de veículos de comunicação.

A percepção da violência está associada com uma identificação do excesso da ação, ou seja, ela é sentida quando se ultrapassa limites, estabelecidos pelo social, cultural, histórico e/ou subjetivo. Seu fundamento é manifestar-se como excesso na afirmação de um todo poderoso que nega a alteridade (BARUS-MICHEL, 2011, p. 21). A primeira edição do relatório da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (2021), nos mostra que os dados do monitoramento apontam que em 2021 houve um

total de 119 ataques contra mulheres jornalistas e/ou ataques de gênero envolvendo profissionais da imprensa. Isso significa que, em média, ocorreu um ataque a cada três dias, envolvendo: ataque à reputação e à moral da mulher, ataque homofóbico, ataque online motivado por cobertura relacionada a gênero, violência física contra mulher e ataque transfóbico, comprovando assim, que a diferenciação de gênero é uma realidade na atividade profissional.

Um outro ponto a ser levado em consideração, é que a discriminação sofrida por mulheres jornalistas abrange um fator determinante além do gênero, é de qual editoria elas fazem parte ou qual a temática da cobertura jornalística no momento da agressão. Segundo o levantamento feito pela Abraji (2021), nos 53 casos de vítimas que trabalham em uma editoria específica, 89% dos ataques se dirigiram a jornalistas da área de política.

PRINCIPAIS RESULTADOS

a) Agosto

No mês de Agosto de 2018, foi encontrada 1 matéria relacionada à Vera Magalhães no portal Uol e na Folha de S. Paulo, apenas citando o nome da jornalista, não a relacionando a nenhum ataque à categoria.

Já em Agosto de 2022, na Folha de S. Paulo houveram 47 matérias sobre o ataque à Vera Magalhães no debate dos presidenciais no dia 29 de agosto, dentre elas 2 internacionais e 17 artigos de opinião.

No mesmo mês, no portal Uol foram 23 matérias sobre o ataque no debate da Band, dentre elas 5 artigos de opinião.

a) Setembro

No mês de Setembro de 2018, foram encontradas 1 matéria jornalística sobre o caso Vera Magalhães na Folha de São Paulo e 0 na UOL. Já no mês de Setembro de 2022, foram encontradas 3 matérias na Folha de SP e 4 matérias na UOL.

a) Outubro

No total, 10 matérias relacionadas a esse mês foram coletadas, divididas entre cinco produtos de 2018 e cinco produtos de 2022.

CONCLUSÃO

O texto discute o impacto do caso Vera Magalhães para as mulheres jornalistas na sociedade brasileira, tendo em vista os ataques sofridos por ela em 2022, no contexto das eleições presidenciais e da direita conservadora brasileira associada a Jair Bolsonaro. A análise netnográfica revelou que os ataques foram ligados ao patriarcado enraizado na sociedade e que a mídia brasileira tratou o assunto como algo corriqueiro, sem a devida importância. A relevância do caso na mídia durou apenas alguns dias, e o fato foi deixando de ser retratado. Conclui-se que os atos, críticas e violência contra



Vera Magalhães colocaram em risco sua integridade e credibilidade jornalística em relação às mulheres na política, e que a onda antidemocrática foi persistente na aumentando os casos de violência cibernética ou pessoal contra a jornalista observada.

REFERÊNCIAS

BARUS-MICHEL, J. **A violência complexa, paradoxal e multívoca**. In: SOUZA, M.; MARTINS, F; ARAÚJO, J. N. G. (Eds.), **Dimensões da violência**: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico (pp. 19-34). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

COIMBRA, Patrícia. **Direito das mulheres pós-constituição**: um estudo descritivo. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Processo Legislativo da Câmara dos Deputados. 2011. Disponível em:<
<http://biblioteca.versila.com/9506612/direito-das-mulheres-pos-constituicao-umestudodescritivo>
>. Acessado em dezembro 2022